



APFIPP

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FUNDOS
DE INVESTIMENTO, PENSÕES E PATRIMÓNIOS



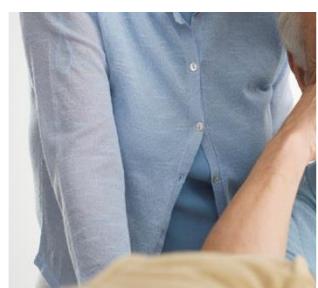
Conferência ISP

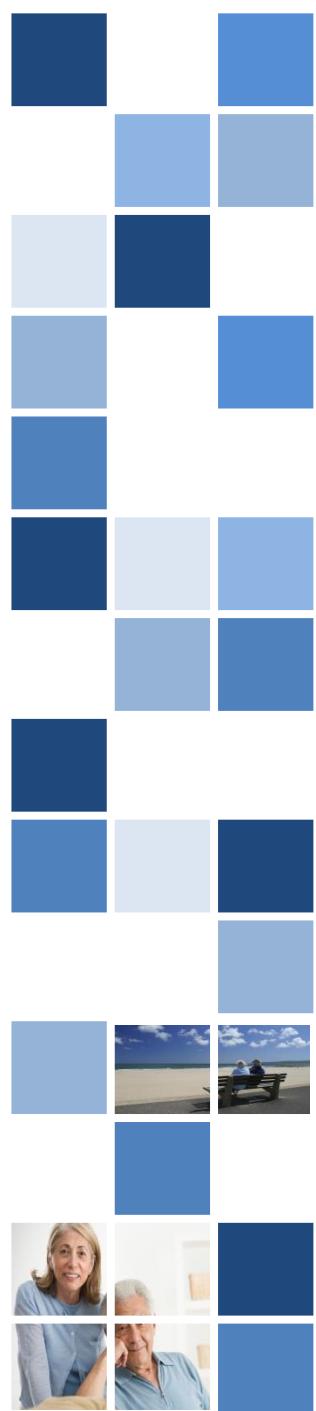
Evolução das pensões na UE: O caso espanhol e a
situação portuguesa

Perspectivas em Portugal

José Veiga Sarmento
Presidente APFIPP

6 de Novembro 2014
Auditório do Instituto de Seguros de Portugal





**Houston
We have a
problem...**



Apolo XIII



O modelo nacional de pensões

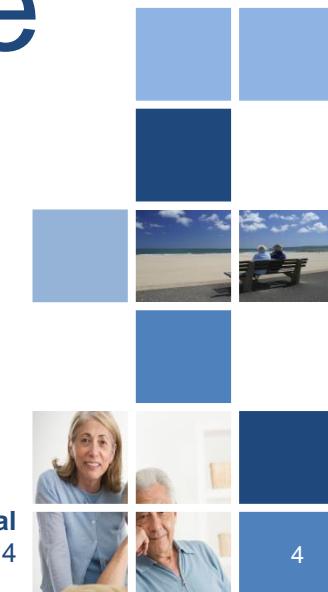
- O Estado tem a responsabilidade das Pensões
- As Pensões são um “Direito Adquirido”
- Por vezes são necessárias pequenas correcções
- As pensões privadas são uma bizarria das grandes empresas e multinacionais
- Os sindicatos proclamam que as pensões estão mais seguras nas mãos do Estado





Este modelo tem um problema

- É obra da convicção
- Não resulta da realidade

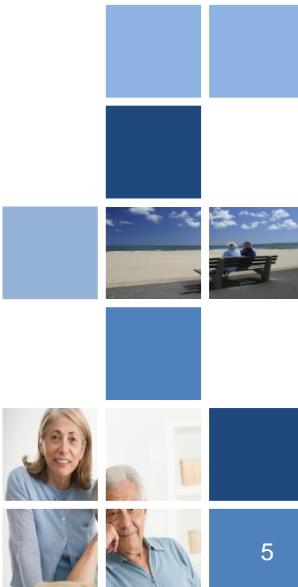




Reforma 2007, uma Reforma incompleta, refém da ideologia

- As finanças públicas estão protegidas no futuro
- As pensões vão registar diminuições no futuro
- A fé no Estado é total:
 - O sistema de pensões é monopólio da Segurança Social
 - A poupança privada é eliminada do quadro das soluções

No entanto, apesar dos sacrifícios impostos aos pensionistas, o problema das finanças públicas mantém-se.



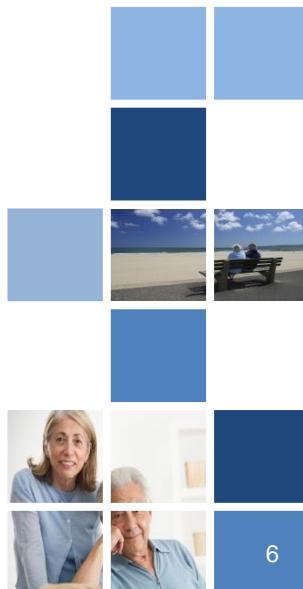


Fase CES

- Face a uma situação complexa, sem estudos, sem critérios, sem cuidar de objectivos futuros, a opção foi cortar.
- Cortar transversalmente, sem explicação.
- Cortar na despesa do Estado e ao mesmo tempo tirar na poupança privada.

Apesar da natureza e origem radicalmente diferente, entre o pagamento de uma pensão pelo Estado e o recebimento de uma poupança própria, **a opção foi considerar que equidade era cortar em todo o lado.**

Desta vez, as Pensões Privadas foram consideradas parte do Sistema de Pensões.

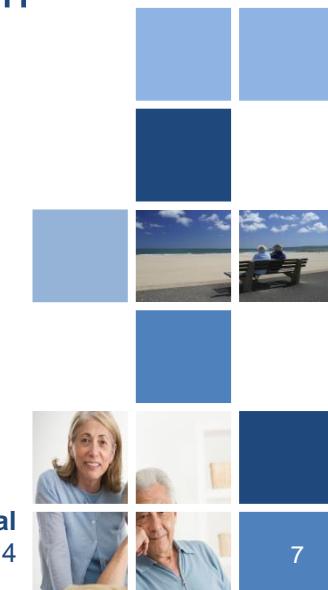




Pós CES

Os efeitos da CES são devastadores:

- Desconfiança generalizada sobre a vontade do Estado em honrar os seus compromissos
Para quê pagar a TSU?
- Desconfiança generalizada sobre a vontade do Estado em respeitar a segurança da poupança privada
O colchão é mais seguro!
- Difícil aceitar que um Governo responsável possa ter lançado tal medida de política





O que deveria ter sido feito pelo Estado

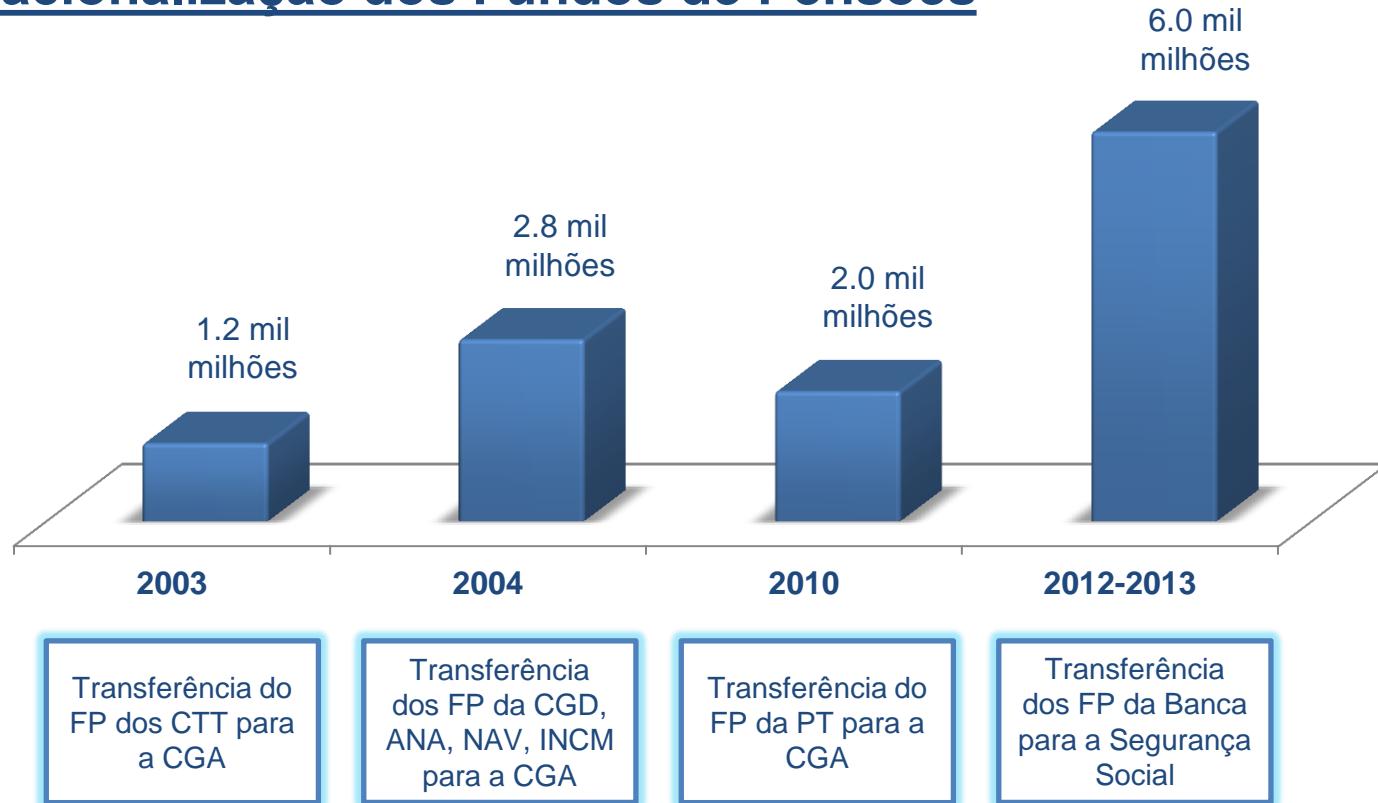
- Clarificar todas as questões e dúvidas
- Estudar e promover soluções





O que foi feito pelo Estado (1/2)

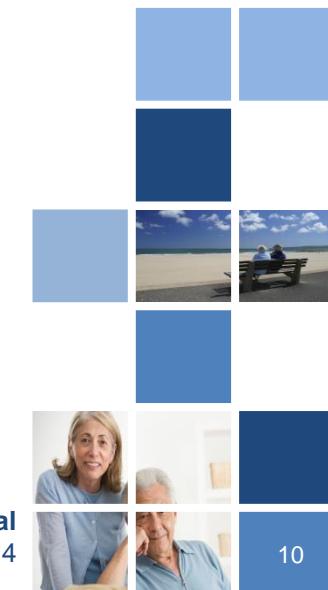
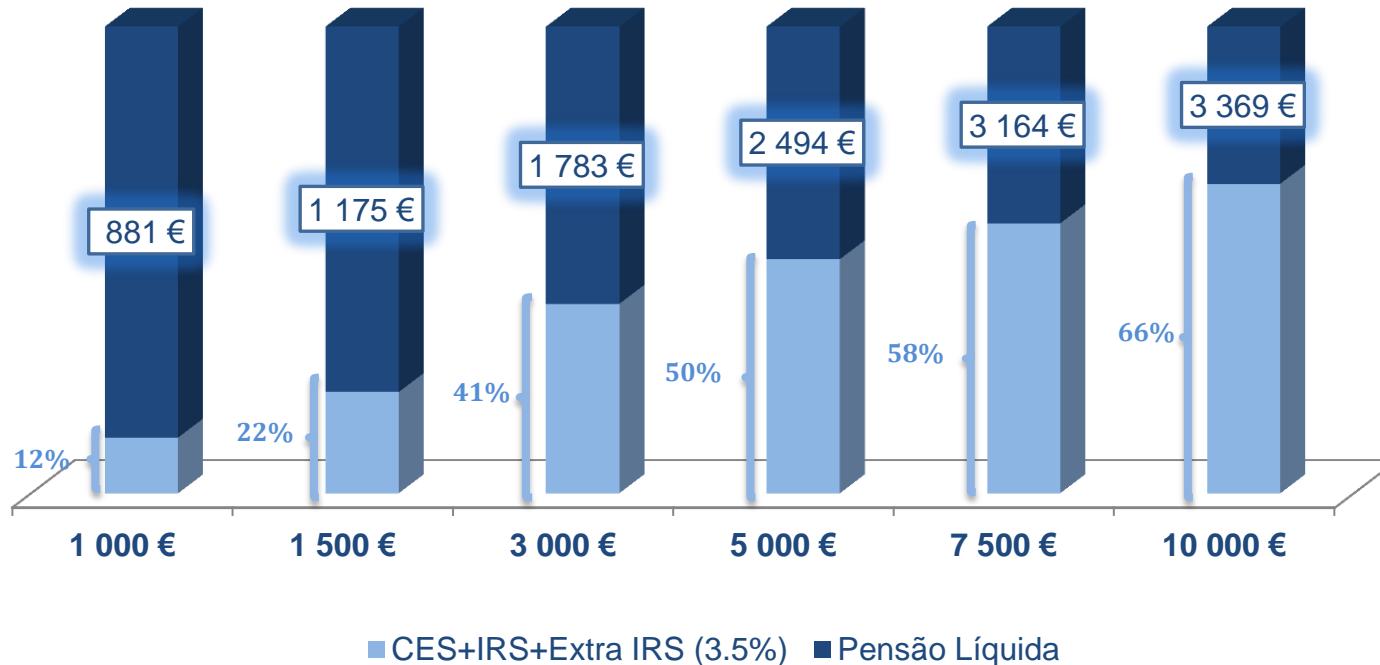
Nacionalização dos Fundos de Pensões





O que foi feito pelo Estado (2/2)

Apropriação de parte substancial dos Complementos e Pensões Privadas em pagamento





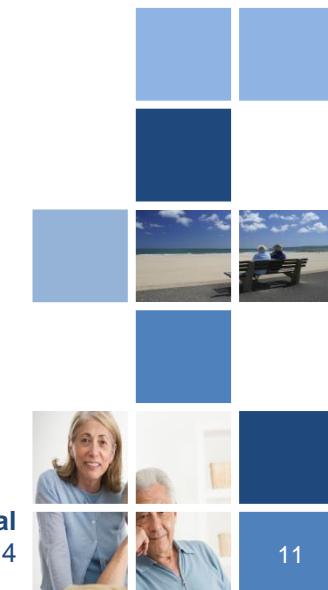
Que perspectivas futuras?

O problema subsiste

Tendo em conta as projecções demográficas e de crescimento económico existentes, **o Estado não poderá assegurar as actuais pensões**, a não ser que recorra a endividamento externo em montantes que lhe estão vedados pelos compromissos internacionalmente assumidos;

Segundo um estudo promovido pela APFIPP em 2012:

- **Portugal vai continuar a envelhecer:**
 - 34% da população terá mais de 65 anos em 2060 (18% em 2011)
 - 24% da população terá mais de 80 anos em 2060 (7% em 2011)
- **O sistema de repartição já não funciona:**
 - 1,17 contribuidores por pensionista em 2011
 - Défices persistentes da Segurança Social (6,6% do PIB em 2025)





Contributo da APFIPP / Dezembro 2012

• AIR • **Associação Portuguesa**
de Estudos sobre Aforro, Investimento e Pensões de Reforma

**Sustentabilidade Financeira dos Sistemas Públicos
de Segurança Social em Portugal:
Situação Actual e Análise Prospectiva**



Associação Portuguesa de Fundos de
Investimento, Pensões e Patrimónios

Lisboa, Dezembro de 2012

• AIR • **Associação Portuguesa**
de Estudos sobre Aforro, Investimento e Pensões de Reforma

**Sistemas de Segurança Social em Portugal: Arquitectura
de um Novo Modelo Social e Contributos para o Debate
sobre a Reforma do Regime de Pensões**



Associação Portuguesa de Fundos de
Investimento, Pensões e Patrimónios

Lisboa, Dezembro de 2012



APFIPP

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FUNDOS
DE INVESTIMENTO, PENSÕES E PATRIMÓNIOS

Evolução das pensões na UE: Perspectivas em Portugal
Conferência ISP - 6 de Novembro de 2014



A constatação actuarial

Como actuário sei, sem sombra de dúvida, que com as perspectivas económicas existentes, as promessas implícitas actualmente estabelecidas no plano de pensões públicas, não poderão ser cumpridas.

José Mendinhos
Presidente do Instituto dos Actuários Portugueses





Há soluções estruturais?

Outros países têm ou tiveram problemas semelhantes e estão a trabalhar para resolver o seu futuro:



A Suécia percorreu já um longo caminho desde meados de 90, partindo de uma situação financeira muito difícil.

A Suécia tem neste momento um sistema misto que serve de exemplo e inspiração.



O Reino Unido decidiu recentemente tornar obrigatória a poupança privada, o “automatic enrolment” com contribuições compulsórias de trabalhadores e de empregadores para regimes complementares de reforma, públicos ou privados.



Impacto da fase inicial do "auto-enrolment"(AE)

(In UK) Around 30% more people are saving into a workplace pension after auto-enrolment (AE) helped reverse a downward spiral spanning almost 50 years.

The latest data from the Office for National Statistics (ONS) showed 8.1 million people were actively investing in an occupational scheme, up from 6.2 million in 1953.

Although the proportion of savers peaked at 12.2 million in 1967, there was an almost consistent decline in numbers until it troughed at 7.8 million in 2012.



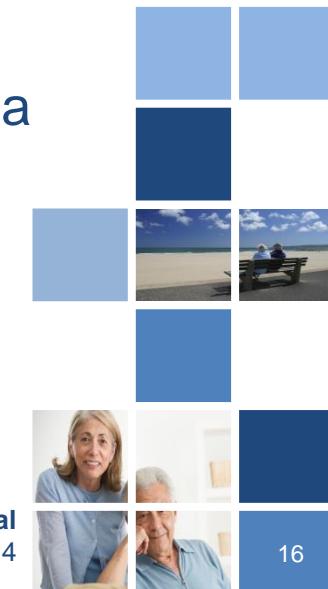
Revista: Professional Pensions a 30 de Outubro





Há soluções para Portugal?

- Estudos e propostas não faltam no contexto internacional. Mesmo a nível nacional há contributos. A APFIPP propunha, já em 2011, uma fundamentada via de solução.
- Mas este é um estaleiro que só um Governo pode lançar.
- Será com certeza um processo negocial delicado.
- Será com certeza uma oportunidade para se fazer literacia colectiva.
- Continuar a fazer de conta terá, mais cedo ou mais tarde, um custo muito elevado.





Um programa de salvação nacional

- Aceitar a inevitabilidade de uma reforma multi-pilar do Sistema de Pensões;
- Construir uma alargada e sólida base política e social de apoio à reforma;
- Lançar um processo que se sabe poder levar vários anos;
- Desfazer a montanha de dívida actuarial acumulada, de uma forma civilizada;
- Acumular poupança privada para a idade da reforma;
- Defender o futuro das novas gerações.





Há medidas imediatas possíveis?



Ao nível das empresas :

- Criação de um incentivo fiscal, que pode ser diferido no tempo;
- Majoração do incentivo quando os Planos conferem direitos adquiridos ou resultam de contratação colectiva.



Ao nível das pessoas :

- Reforço da atractividade dos Fundos de Pensões como instrumento agregador de poupança que apenas será utilizada na altura da reforma;
- Reembolsos em forma de renda fiscalmente isentos (quer das contribuições das empresas, quer dos trabalhadores);
- Entregas dos próprios dedutíveis ao rendimento colectável.



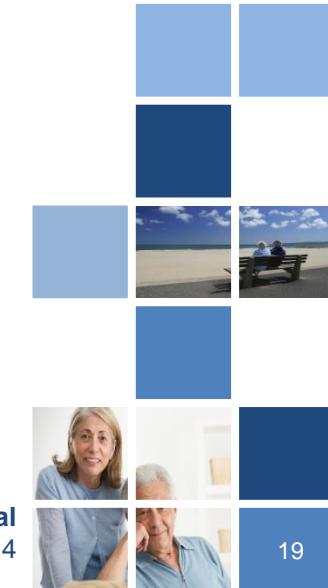
APFIPP

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE FUNDOS
DE INVESTIMENTO, PENSÕES E PATRIMÔNIOS



É possível continuar a negação do problema?

- A História demonstra que é possível
- Mas também que os custos de acerto na última hora são terríveis





A ausência de soluções controladas gera resultados imprevisíveis:

- Revolta dos contribuintes



Porquê pagar
TSU?

Promessas
quebradas!

Is anybody there?

